



CONVITE

1 - OBJETO DO FORNECIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a renovação do suporte a hardware e software conforme anexo A do caderno de encargos.

2 - ENTIDADE ADJUDICANTE

Município de Monchique
Travessa da Portela, N.º 2
8550-470 Monchique
NIF 506 826 961
Telefone: 282 910 200
E-mail: geral@cm-monchique.pt
Sítio na internet: www.cm-monchique.pt

3 - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em regime de permanência, Humberto Sêrio, por delegação de competências do Senhor Presidente da Câmara (Despacho n.º 6/2021 de 14 de outubro).

4 - ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

4.1. - Os interessados podem solicitar esclarecimentos por escrito relativos ao processo, durante o primeiro terço do prazo fixado de acordo com o n.º 1 do art.º 50.º DL n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, na atual redação).

4.2. – Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito e através de plataforma eletrónica de contratação pública, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme estipula o nº5 do artigo 50º do já citado Código.

5 - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

5.1 - O presente procedimento é ao abrigo do Ajuste Direto, nos termos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual.

5.2 – Valor do procedimento – 18.011,96€ (dezoito mil e onze euros e noventa e seis cêntimos) mais IVA à taxa legal em vigor.

6 - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

6.1 - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:



6.1.1 - Declaração conforme modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, **devidamente assinada** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

6.1.2 - Documento contendo o(s) atributo(s) da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar relativos aos seguintes aspetos da execução do contrato, **devidamente assinado** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:

- a) Preço total do fornecimento;
- b) Descrição das características técnicas;

6.1.3 - Certidão Permanente ou código de acesso à mesma.

6.1.4 - Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

7 - OUTROS DOCUMENTOS

Deverá o concorrente anexar à sua proposta os seguintes documentos, no sentido de aferir os poderes para obrigar:

- a) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, no sentido da entidade adjudicante poder aferir quem tem poderes para obrigar;
- b) No caso de os documentos serem assinados por procurador, deverá ser anexada procuração que confira a este último poder para o efeito.

8 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A data limite para apresentação da proposta é até às **23:59 horas do 5º(quinto) dia (dias seguidos)** a contar da data do envio do Convite.

9 – IMPEDIMENTOS NOS TERMOS DOS ARTIGOS 113.º E 114.º DO CCP

Entre outras, constitui contraordenação, a participação de concorrente que se encontre em alguma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º ou no n.º 2 do artigo 114.º no momento da apresentação da respetiva proposta, nos termos do artigo 456.º do CCP.

10 - MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta são apresentados através de plataforma de contratação pública.

11 - IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no nº 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos.

12 - PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de proposta variante.



13 - INDICAÇÃO DO PREÇO

13.1 - Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos.

13.2 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre para todos os efeitos, os preços unitários.

14 - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

15 – CAUÇÃO

Não é exigida prestação de caução, conforme disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO

16.1 - O adjudicatário deve apresentar, através de meio de transmissão eletrónica de dados, no prazo de 5 dias úteis após a respetiva notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

16.2 - Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos conforme estipulado na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, conforme modelo que se anexa em word, devidamente **assinada** pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar;

16.3 - Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, conforme estipulado na alínea b) do nº 1 do artigo 81º do referido Código:

- a) Registo Criminal da entidade bem como dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, devendo constar no fim a que se destina: **Contratação Pública – Código dos Contratos Públicos**;
- b) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme estipulado na alínea d) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;



- c) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme estipulado na alínea e) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

17 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de Agosto, na sua redação atual e demais legislação aplicável.